

**ATA DA 48.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS — CT-IPCT - ABERTA**

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte minutos, no Bristol Alameda Hotel, na cidade de Vitória/ES e pela plataforma Teams, teve início a **48.ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. A coordenadora Lígia Moreira de Almeida cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação, deu início à reunião. Da lista de presença constam os seguintes participantes: **Membros (presencial):** Lígia Moreira de Almeida, Coordenadora da CT-IPCT (Ministério da Economia), Tháís Magaldi (Ministério da Economia), Jadilson Oliveira Lino Oliveira (CRQ Degredo, Sérgio do Carmo (Comissão dos Atingidos de Barra Longa), Geraldo Felipe — Tuzinho (Fiscador de Santa Cruz do Escalvado), Antônio Áureo (Comissão de Atingidos de Rio Doce), Ademilton Ferreira (Fundação Cultural Palmares), Cacique Toninho (Cacique TG - Comboios), Josiane Felício (representante da Comissão de Caciques - Aldeia Pau Brasil), Gilcimar de Oliveira (representante da Comissão de Caciques – Aldeia Irajá).

Pela plataforma Teams: Guilherme Gonçalves (Funai), Felix Santos Vicente (DSEI).

Pela EY: Luiza Guimarães.

Pela ASPERQD, plataforma teams: Dandara Cabral, Rosiani dos Anjos Melquíades

Pela Rosa Fortini, presencial: Guilherme Jaria.

Convidado: Paulo Velten.

Pela Flacso: Fabiana Tomaz (Secretária da CT) e Cláudia Laureth (Coordenadora Polo Vitória).

Pela Fundação Renova:

presencial: Priscila Ohira, Bruna Aarão, Maria Albanita de Lima, Eliza da Costa Mendes.

Plataforma teams: Gabriel Moura, Gilson da Silva Júnior, Luiz Felipe Martins Soares, Rodrigo Daniel De Magalhaes Gomes Pontes, Dhiancesar Pinto Lopes, Mariana Spalenza Nicchio, Sarah Angelica Souto de Oliveira Nunes

I. PAUTA GERAL (9h às 11h)

Pauta	Discussão
1. Abertura, apresentação dos participantes 2. Aprovação da ata da 47.ª RO	Após a apresentação dos participantes, a ata da 47ª Reunião Ordinária foi aprovada sem objeções e, após assinatura, será enviada para a SECEX para publicação na página do CIF/IBAMA.
3. Informes gerais (calendário 2023, locais das reuniões e etc.)	As datas foram aprovadas e os locais de realização das reuniões serão definidos posteriormente. A data da reunião de janeiro foi, a princípio, agendada para os dias 18 e 19/01/2023, em Brasília/DF, no formato híbrido. Registro que considerando a necessidade de realização da 4.ª reunião do GT do PG 04, foi definido que a RO seria realizada nos dias 17 e 18 e a do GT no dia 19/01/2023, em Belo Horizonte/MG, mas as datas foram adiadas para os dias 24, 25 e 26/01/2022, respectivamente. <u>Registro que após análise interna, as reuniões foram adiadas para os dias 14,15 e 16/02/2023.</u>

4. 2ª e 3ª reuniões do GT do PG 04	Ponto informativo
---	-------------------

II. PAUTA INDÍGENA(11h às 13h)	
Pauta	Discussão
5. Plano de cheias – Comboios	<p>Bruna Aarão informou estarem aguardando a Defesa Civil validar o plano (construído em conjunto pela aldeia Comboios, pela Defesa Civil e pela Renova). Informou que teria a questão das placas, que já foram entregues à Defesa Civil para que cuidasse das instalações e que haveria uma reunião no dia 08/12, na qual será definido quando e como as placas das rotas de fuga seriam instaladas, explicando que a reunião é responsabilidade da Defesa Civil, cabendo à Fundação apenas entregar as placas e auxiliar na logística e nos eventuais custos.</p> <p>Josiane perguntou se teriam alguma previsão de instalação e Bruna respondeu que dependeria da Defesa Civil.</p> <p>Bruna resgatou todo o histórico da construção do plano de cheias e reiterou que os pontos das rotas de fuga foi desenhado com a comunidade de Comboios.</p> <p>Toninho disse estar preocupado com a questão das cheias na vila de acesso a Comboios e disse ser urgente o plano ficar pronto. Informou que já havia acionado a Vale e a Suzano, para verem a situação do território na época de cheias e pediu que a Fundação também visitasse, ressaltando a precariedade da Defesa Civil e as dificuldades enfrentadas. Toninho ressaltou a importância e a urgência do plano de cheias.</p> <p>Gilcimar disse que todos sabiam que choveria nesse período e acompanhava a situação de Comboios, entendendo a angústia do Cacique Toninho, pois o plano já era para estar pronto há muito tempo e pediu agilidade por parte da Renova.</p> <p>Houve uma breve discussão sobre pessoas fora da comunidade definirem rotas de fuga, sendo que a comunidade é que conhece bem seus territórios.</p> <p>Thaís Magaldi perguntou se a comunidade já tinha uma lista de prioridades que seriam tratadas na reunião com a Defesa Civil.</p> <p>Toninho disse que os indígenas realmente não necessitavam de placas e réguas e ressaltou que a Defesa Civil de Aracruz era precária e que muitas vezes os indígenas ajudavam com barcos.</p> <p>Josiane disse que seria importante resolverem a questão do escoamento das águas.</p> <p>Gilcimar ressaltou a questão do combustível, pois precisavam para os barcos.</p> <p>Bruna esclareceu que o plano estava construído e já tinha incluído a questão das placas e réguas e que qualquer pedido adicional, deveria ser encaminhado à Defesa Civil.</p> <p>Gabriel ressaltou a questão das responsabilidades da Defesa Civil (poder público). No caso, a Renova já teria cumprido seu papel e que outras articulações seriam competência do poder público.</p>

	<p>Albanita disse que na CT havia representantes de alguns poderes públicos que poderiam ajudar e ressaltou que deveria ser verificado o que seria consequência do rompimento, para que fosse definido o que a Renova poderia fazer, pois algumas questões fugiam de sua competência.</p> <p>Toninho perguntou se Albanita conhecia o território de Aracruz e a comunidade de Comboios e explicou que o Rio Doce desaguava no Rio Comboios, então as consequências das cheias seria responsabilidade da Fundação.</p> <p>Letícia disse que no ECI estava claro que o desastre afetou a questão hídrica nas terras indígenas.</p> <p>Lígia disse que os problemas do setor público não poderiam ser usado pela Renova para se livrar das responsabilidades e ressaltou que vinham solicitando uma solução para aquela questão há muito tempo. Letícia pediu que o plano atualizado fosse encaminhado para análise da CT e perguntou se a Renova disponibilizaria barcos para a comunidade.</p> <p>Bruna respondeu que aquele seria um pleito novo e considerando que o plano já estava pronto, teria que consultar internamente para poder responder.</p>
<p>6. SAA – Comboios</p>	<p>Bruna informou estarem na fase de projetos e que uma reunião foi realizada em Comboios, com a presença do Toninho e da Associação e explicou que em razão da suspensão do diálogo da comunidade com a Fundação, o SAA tinha sido paralisado. Explicou, também, que para avançar, seria necessário fazer uma perfuração no território de Comboios e em Córrego do Ouro (iniciariam por Córrego do Ouro) e teriam que ver a questão de vazão e da contaminação da água, para seguirem com o projeto básico conceitual. Informou que seriam realizadas reuniões com a área de licenciamento e de infraestrutura da Fundação e comunicaria o resultado para a CT.</p> <p>Lígia solicitou que a Fundação enviasse o planejamento, com as possíveis datas para a perfuração.</p> <p>Bruna explicou estarem verificando a questão da dispensa de licenciamento, da disponibilidade das empresas, se poderiam os poços poderiam ser perfurados no período das chuvas, etc. e atualizaria a CT-IPCT.</p> <p>Thaís perguntou se poderiam, ao invés de fazer uma perfuração direta, usar um método geofísico indireto.</p> <p>Bruna informou que a etapa de geofísica já foi feita em Comboios e em Córrego do Ouro, reiterando que iniciariam as perfurações por Córrego do Ouro em razão de o solo de Comboios ser muito arenoso, dificultando o acesso das máquinas, devido ao peso, necessitando de mais estudos para verem o melhor método.</p> <p>Cacique Toninho perguntou sobre as outras aldeias.</p> <p>Bruna respondeu que verificaria com a equipe de engenharia e responderia posteriormente.</p> <p>Toninho registrou que houve problemas por falta de água em Comboios e que até as aulas foram paralisadas. Relatou problemas resultantes da falta de poços e que os indígenas chegaram a fechar o escritório do DSEI e que tiveram que improvisar, com recursos de Comboios e de Córrego do Ouro, um meio da água chegar à SESAI, que ficou sob o risco de parar os atendimentos. Cacique Toninho fez</p>

	<p>várias reclamações em relação à SESAI/DSEI e ressaltou que chegará o momento que o acesso dela às comunidades será negado Gilcimar disse que seria importante alguém da SESAI atualizar as comunidades sobre o SAA.</p> <p>Félix esclareceu que a partir do ponto que ele começou a trabalhar no DSEI, fez algumas considerações no processo que já estava pronto, antes de enviar para a Fundação e ressaltou que agora dependia do que a Fundação iria fazer.</p> <p>Bruna sugeriu o encaminhamento e registrou que ainda estavam na etapa de projetos.</p>
Encaminhamento E48.1	<p>A Fundação Renova deverá enviar um ofício explicando o motivo de o SAA TG estar pausado e outro ofício explicando o <i>status</i> do SAA de Comboios.</p> <p>Deverá comunicar às aldeias, e, se necessário, realizar uma reunião com os caciques. Deverá, ainda, enviar o planejamento para a CT-IPCT, indicando o cronograma contendo a pretensão de início da fase de execução das obras.</p>
7. Retrospectiva do movimento dos indígenas (ocupação da ferrovia)	Meramente informativo.
8. Audiência do dia 1º de dezembro com o juiz (informações)	Meramente informativo.
9. PBAI – TIs de Aracruz	Não foi discutida.
10. Retorno do ASE	<p>Bruna informou que assim que proferida a decisão judicial, a Fundação Renova, que teria um prazo de 10 dias úteis retomar o pagamento do ASE (foi comunicada em 24/10/2022) cumpriu a decisão judicial, pegando o último pagamento (de dezembro) e replicou, realizando o pagamento no dia 31/10/2022 (referente a outubro), para todas as associações, cumprindo o acordo vigente. Informou que o segundo pagamento (referente a novembro) foi feito no dia 11/11/2022, ressaltando que no acordo, o pagamento deveria ser feito a cada dia 15 e que o pagamento de dezembro seria realizado até a data pré-estabelecida. Informou, ainda, a realização de várias reuniões com as associações para atualização dos dependentes e dos cadastros (considerando nascimento e falecimentos). Sobre o retroativo, informou que a Fundação estaria programando o pagamento para dezembro, em data a ser confirmada (as associações já estavam informadas).</p> <p>Houve alguns questionamentos sobre a nomenclatura ASE (registro que a questão da nomenclatura já foi discutida em outras reuniões e as respostas foram as mesmas).</p> <p>Gabriel sugeriu que a questão da nomenclatura fosse levada ao juiz para que esse decidisse se mudaria e ressaltou que o pagamento estava sendo realizado.</p> <p>Toninho ressaltou que a nomenclatura naquele momento seria o menos importante e ressaltou que os indígenas discutiram várias coisas mais importantes, inclusive as coisas erradas do TTAC que lesaram os indígenas e ressaltou haver outros documentos que asseguravam os direitos indígenas e que nunca foram considerados. Toninho culpou a Funai por assessorar os indígenas corretamente, ressaltando que quando soube da existência da CT-IPCT, teve que pedir para participar, pois a Funai falava pela população indígena na CT e só ficou sabendo por jornal. Ressaltou que o representante da Funai, nem sequer conhecia o estado do Espírito</p>

	<p>Santo. Toninho registrou que vários termos poderiam ser mudados na revisão do acordo.</p> <p>Bruna disse que poderiam aproveitar a audiência para levar a questão e reiterou que o auxílio estava sendo pago.</p> <p>Lígia respondeu que a Fundação estava pagando depois de muita luta dos indígenas e por decisão judicial, pois usou a questão da nomenclatura para negar o pagamento.</p> <p>Gabriel ressaltou que os acordos não foram unilaterais e a questão nunca foi sobre a nomenclatura e sim, sobre o formato e considerando a decisão judicial, continuaria sendo tratado assim. Solicitou que se registrasse em ata que o pagamento do auxílio não foi realizado antes pelos seguintes motivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - por ter formato e valores diferentes; - por ser pago para as associações e não diretamente; e - por ser renovando anualmente, por meio de acordos específicos. <p>Gabriel ressaltou, também, que o assunto já estava superado.</p>
11. Revisão dos acordos	Não foi discutido.
12. Consultoria própria	Não foi discutido.
13. Atualização sobre o andamento do processo de contratação da Assessoria Técnica Independente ao Povo Krenak; Termo de Referência da Funai e Termo de Compromisso Individual (FUNAI)	Guilherme Gonçalves informou que seria apenas informativo, pois o Termo estaria com a IAJ e estariam aguardando retorno.
14. Status do retorno do pagamento dos auxílios emergenciais (FUNAI) 15. Status do PBAI-TG: pendência de encaminhamento de Plano de Trabalho da candidata a Consultoria (FUNAI)	Não foram discutidos.

III – PAUTA QUILOMBOLA (14h às 16h)

Pauta	Discussão
16. Informes Gerais	<p>Jadilson informou que a ATI estaria se desmobilizando, pois, não houve homologação do plano trabalho e que a Fundação, em conversas com a comunidade, decidiu viabilizar um novo aporte para que se continuasse ao menos o assessoramento técnico por mais quatro meses. Ressaltou que seria importante cobrar celeridade do juiz em relação à homologação e, também, em relação ao PBAQ de do SAA (a Fundação já fez o primeiro dos quatro pagamentos à ASPERQD).</p> <p>Lígia perguntou se a Fundação teria alguma informação sobre a homologação.</p> <p>Priscila respondeu que teria uma audiência no dia 06/12 e que depois dessa audiência, poderiam ter alguma resposta.</p> <p>Luiz Felipe complementou dizendo que a após o exposto pelo Jadilson, uma minuta de aditivo foi protocolada, e feito o primeiro pagamento à ASPERQD (em novembro) sendo agendada a audiência, da qual participarão a</p>

	<p>ASPERQD, a Fundação Renova e representantes da comunidade para tratarem da formalização do acordo e a expectativa era que se abordasse a homologação para que os recursos retidos, inclusive o SAA, para que a Fundação possa transferir os recursos para a ASPERQD e para o município de Linhares para o processo de reparação avançar em Degredo.</p>
<p>17. Status das ações do PBAQ no território</p>	<p>Dandara informou estar aguardando a homologação, mas valia lembrar que a obrigação de executar as ações do PBAQ ainda seria da Fundação, sendo necessário que essa mantivesse os laços com a comunidade e com a ATI. Ressaltou que foram apresentadas várias observações ao relatório apresentado pela Fundação e sobre as últimas informações apresentadas pelo Ricardo Burg, mas que ainda estavam sem respostas. Dandara registrou que apareceram empresas desconhecidas na comunidade e cobrou respostas sobre algumas questões por parte da Fundação e ressaltou a importância da retomada do Comitê Gestor, considerando que seria a instância ideal para as discussões e alinhamentos.</p> <p>Priscila respondeu que em relação à execução do PBAQ, os programas estariam acontecendo e sendo executados pela Pacatu, que já havia coletado dados.</p> <p>Dandara disse que a ASPERQD estava acompanhando, mas não foi oficialmente comunicada e <u>ressaltou que o canal institucional seria o e-mail e que a ATI deveria ser atualizada sobre todas as ações</u>. Dandara informou que a ASPERQD estaria acompanhando a Pacatu e até produziu um relatório, que poderia ser discutido na reunião do Comitê Gestor.</p> <p>Lígia registrou a preocupação com o fato de o PBAQ não estar sendo executado em sua integralidade sobre a postura da Fundação, não obedecendo à questão da transferência para a ASPERQD após a homologação.</p> <p>Dandara solicitou que se constasse em ata que a Fundação não estaria acompanhando a empresa contratada e que isso impactava a qualidade do produto (deu como exemplo a questão do livro de medicina, onde constou apenas 27 plantas medicinais, sendo que foram identificadas cerca de 140). Ressaltou que as informações sistematizadas não foram enviadas para a CQD, para a ATI e para ela, que como bióloga deveria ter acesso à metodologia e à forma de catalogação das plantas.</p> <p>Considerando os vários apontamentos, Dandara reiterou a importância da retomada das reuniões do Comitê Gestor.</p> <p>Jadilson ressaltou que todo e qualquer ação dentro de Degredo deveria ser informada à CQD por e-mail, obedecendo ao fluxo já informado anteriormente.</p> <p>Priscila disse que poderia ficar encaminhado a questão do fluxo de comunicação e acompanhamento do contrato (observações mencionadas pela Dandara).</p> <p>Dandara solicitou atenção na questão do envio do cronograma de ações a serem realizadas pela Pacatu, pois recebeu com atraso.</p> <p>Albanita disse que resgatar o comitê gestor realmente seria importante, pois otimizaria o fluxo de comunicação e atualizaria as partes sobre a evolução dos trabalhos.</p> <p>Rosiani registrou que seria importante que a Fundação enviasse o calendário de atividades, o planejamento, os materiais a serem utilizados e a metodologia para que se discutisse antes da atividade, em um prazo razoável, para ser possível fazer ajustes ou adequação à temática interna do território.</p>

	<p>Jadilson perguntou quem da Fundação seria responsável por acompanhar os contratos com as empresas.</p> <p>Albanita respondeu que, considerando o histórico, a Pacatu continuaria sendo acompanhada pela Silvani Honorato, como gestora e pelo Milton, como fiscal. Ressaltou que todo o fluxo seria detalhado na reunião do comitê gestor.</p> <p>Foi levantada a questão da mortalidade dos peixes e ficou definido que a Fundação buscaria a informação sobre a análise da mortalidade de peixes em Degredo junto à CT-BIO.</p>
<p>Encaminhamento E48.2</p>	<p>As reuniões do Comitê Gestor deverão ser retomadas para tratar do SAA e do PBAQ, mantendo a periodicidade de 45 dias de intervalo. Data da primeira reunião: FR irá propor data em janeiro.</p>
<p>Encaminhamento E48.3</p>	<p>A Fundação Renova deverá encaminhar o relatório sobre a mortalidade dos peixes em Degredo à ASPERQD e à CQD, copiando a CT-IPCT.</p>
<p>18. SAA (A Fundação Renova deverá convidar um representante do poder municipal de Linhares para informar o <i>status</i>)</p>	<p>Gilson Dias informou que um mês após o último e-mail circulado sobre o prazo da elaboração do TR e do processo licitatório, o SAAE enviou um ofício à Fundação solicitando informações complementares sobre o projeto (RT e planilha de quantitativos). Explicou que o processo estava com a Secretária de obras (enviada pelo SAAE) e que quando chegou na análise do TR, foi detectado a necessidade de complementação da documentação e o processo foi devolvido ao SAAE, que comunicou à Fundação e essa enviou o que foi solicitado ainda no mês de novembro. Gilson informou que conversou com o diretor do SAAE, que não justificou não poder participar da reunião conforme o solicitado, por alguns problemas no SAAE, como falta de água e energia, ocasionados pelas chuvas em Linhares. Explicou que ao enviar os documentos complementares ao SAAE, foi informado que o processo seria enviado para a Secretaria e essa daria andamento, ressaltando que naquele momento, não teria como informar o <i>status</i> e que como a responsabilidade seria do município, a Fundação não poderia avançar.</p> <p>Jadilson disse esperar um representante da prefeitura de Linhares e sabia das questões ocasionadas pelas chuvas, mas ressaltou que o processo estava moroso e que a Comunidade de Degredo não poderia ficar sem água em razão de o acordo de cooperação técnica entre a Prefeitura e a Comunidade já estar assinado. Ressaltou que a comunidade não estava participando das negociações entre a Fundação e a Prefeitura, sendo que a comunidade seria o ator principal. Jadilson registrou que marcaria uma reunião com a prefeitura e com o SAAE para entender o que estaria acontecendo e ressaltou que o que foi acordado no termo foi que em vinte e dois meses, o SAA estaria pronto e já fazia quase doze e nem o projeto estaria finalizado.</p> <p>Dandara informou que a ASPERQD enviou um ofício à Prefeitura de Linhares solicitando uma agenda para conversarem sobre o SAA e sobre o TR. Ressaltou que o recurso para o fornecimento de água era limitado, o que trazia preocupação.</p> <p>Ressaltou haverem tratativas anteriores aos acordos que as partes teriam que cumprir, sendo necessário que a Fundação provocasse a prefeitura e atualizasse a comunidade, a ASPERQD e a CQD.</p> <p>Gilson respondeu que embora a responsabilidade seja do município, a Fundação estaria monitorando e acompanhando e ressaltou que a provocação vinda da comunidade seria muito importante, para que a resposta viesse do próprio município.</p>

	<p>Jadilson registrou que, para um melhor acompanhamento, seria importante retomar as conversas periódicas sobre o SAA, interrompidas pela Fundação após a assinatura do Termo de Cooperação Técnica.</p> <p>Sobre a audiência de conciliação (ocorreu dia 06/12/2022), Rosiani registrou que deveria ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> - observada necessidade de informações mais precisas sobre o SAA - considerada a obrigação da Fundação indicar o detalhamento da suficiência de recurso, conforme manifestação da AGU e do MP, para manutenção da continuidade em caso de atraso.
--	---

IV. PAUTA GARIMPEIROS TRADICIONAIS – FAISCADORES (16h às 18h)	
Pauta	Discussão
<p>19. Reconhecimento dos Garimpeiros do Alto Rio doce como atingidos</p>	<p>Demanda recorrente. Discussão como nas reuniões anteriores.</p> <p>Paulo Velten informou que seis ou sete comunidades que não tiveram a oportunidade de se cadastrar até 2020, estariam solicitando reconhecimento no NOVEL (o reconhecimento estaria no eixo 7 e como o referido eixo não produziu consequência de inclusão no Novel, as várias comunidades ribeirinhas não estão no TTAC, estariam pedindo reconhecimento no eixo 4).</p> <p>Explicou que ao solicitarem reconhecimento, automaticamente estariam solicitando cadastramento e que o juiz determinou que fosse contratada consultoria técnica para os territórios, além de reconhecer os problemas no cadastro e disse que iria emitir um despacho corrigindo tais imprecisões.</p> <p>Houve menção à emissão do certificado de reconhecimento como tradicional pela Comissão Estadual e Luiz Felipe respondeu que a Fundação Renova respeita o processo de autorreconhecimento dos garimpeiros e que as Deliberações 493 e 501 estavam sendo questionada em incidentes de divergência (conforme exposto em outras reuniões).</p>
<p>20. Aplicação do AFE(Garimpeiros)</p>	<p>Não foi discutido.</p>
<p>21. Solicitação de isonomia e igualdade no tratamento no âmbito do Cadastro Integrado do PLCI, elaborado pela empresa Synergia Consultoria Ambiental: (que aqueles que constam como dependentes do titular no Cadastro Integrado “Fase 1”, tenham a possibilidade de serem reconhecidos no sistema</p>	<p>Luiz Felipe explicou que a Fundação trabalha na implementação das indenizações das ações praticadas no Novel conforme as decisões judiciais e essas trariam algumas premissas que a Fundação deveria observar.</p> <p>Explicou que as sentenças no eixo 7, estabeleciam que o dependente de determinado núcleo familiar no processo de cadastramento, poderia e deveria ser reconhecido como sujeito de reparação individual, estando atrelado ao núcleo familiar, <u>mas que deveria apresentar sua evidência de impacto pretérita</u>. Ressaltou que não haveria como a Fundação indenizar um dependente com base na declaração de um titular.</p>

Novel, sendo igualmente reconhecidos os danos manifestados pelo titular)	
22. Reinvidicação para que a Fundação Renova reconheça os povos e comunidades tradicionais, independente da Certificação – (faiscadores)	Discussão recorrente. Contemplado no item 19.
23. Oferecimento de cursos (padrão SENAI) e outros indicados para capacitar os faiscadores para vagas de emprego	Foi sugerido que a discussão ocorre no GT do PG 04.
24. Curso superior para todos do território (faiscadores)	Foi sugerido que a discussão ocorre no GT do PG 04.
25. Pagamento de AFE para: a) todos os atingidos da fase 1 b) para todos os dependentes que responderam ao questionário do Professor Aderval c) para os dependentes da fase 1 que recebiam 20% (para que recebam integralmente)	Contemplado no item 21.

Às 15h32, a coordenadora, Lígia Almeida Moreira de Almeida, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, que foi gravada e está disponível para consulta.

Registro que a presente ata foi aprovada no dia 04/05/2023, na 49.^a Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF.

ADEMILTON FERREIRA DE SÁ
Coordenador suplente da CT-IPCT